

# BOLETIM DA FEDERAÇÃO REGIONAL DOS URBANITÁRIOS DO NORDESTE

Intersindical

Nordeste



| Novembro - 2021 |

## PLR 2021: ELETROBRAS SEGUE SEM APRESENTAR PROPOSTA

Foi realizada na última quarta, 03, uma reunião de mediação junto ao TST com a Eletrobras/Chesf para discutir as questões referentes a PLR 2021, paga em 2022. Apesar da grande expectativa dos dirigentes sindicais, o encontro não trouxe novidades e nem proposta da holding. A FRUNE foi representada pelo seu presidente Raimundo Lucena e a diretora do Sindeleiro Luciana Crisóstomo, que lamentaram a postura da direção da Eletrobras.

“Infelizmente, mais uma vez, a Eletrobras segue sem trazer novidades. Por isso, esta discussão segue atrasada e com um cenário indefinido, mesmo já chegando ao mês de novembro”, frisou o presidente da Frune, Raimundo Lucena. O dirigente lembra que, mesmo com o grande esforço para discutir a PLR de 2021 em mesa, não conseguimos sensibilizar da atual diretoria da Eletrobras/Chesf e tivemos que acionar o TST para mediar a situação.

**Uma nova reunião será marcada para o próximo dia 10 de novembro.** “Esperamos que neste novo encontro a Eletrobras/Chesf apresente novidades positivas para os seus trabalhadores, já que é através deles que as empresas conseguem evoluir nos resultados e dar lucro crescentes”, frisou Luciana Crisóstomo.



## INDEFERIDA A MEDIDA CAUTELAR PARA SUSPENDER AÇÕES CONTRA AS ALTERAÇÕES NO PLANO DE SAÚDE

Inconformada sentenças favoráveis para suspensão das alterações do Plano de Saúde, a Eletrobras tentou instaurar Dissídio Coletivo para impor a sua vontade. Felizmente, o pedido foi negado pelo TST. O objetivo da Eletrobras era suspender as decisões judiciais que impedem as alterações do nosso plano de saúde. A holding alegou não aplicar as alterações no benefício conforme o acordado, isso, segundo ela, implicaria também em não aplicar o reajuste salarial negociado no mesmo ACT.

Com a decisão do TST, permanecem tramitando nas demais esferas judiciais as ações que contestam a validade e aplicabilidade da cláusula do ACT Nacional que alterou o custeio do benefício plano de saúde, em função da CGPAR 23, que após a assinatura do ACT foi revogada por decisão do Congresso Nacional.

A Eletrobras, antes mesmo de tentar mudar as decisões judiciais por meio do Dissídio de Natureza Jurídica, já havia suspenso a aplicação das alterações nas diversas empresas, o que mostra a falta de sensibilidade e respeito com os seus trabalhadores.

# DIREÇÃO DA ELETROBRAS/CHESF TENTA RETALIAR CATEGORIA COM SUSPENSÃO DO REAJUSTE SALARIAL

Medida da empresa tem intensão de prejudicar os trabalhadores e fazer a entrega da empresa para o capital privado com custo de pessoal ainda mais reduzido

**U**ma decisão no mínimo esdrúxula e perversa. A direção da Eletrobras/Chesf como represália pela suspensão dos efeitos da famigerada CGPAR 23, decidiu não aplicar os reajustes nos salários em nossa data base. Com isso, a empresa destrói o maior lema do nosso PCR: a tabela unificada. Passaremos a ter duas tabelas no grupo Eletrobras uma com 6,67% e outra congelada.

No caso a Chesf, que direção da empresa decidiu manter congelada a tabela de reajuste, já que o atrelou a implantação do plano de saúde nos moldes da resolução CGPAR 23, a decisão terá um impacto muito ruim, sobretudo pelo fato de ser a única empresa do grupo que não rodou promoção por 6 anos.

Nossa expectativa era que essa defasagem em relação as demais empresas fosse aos poucos superada. Ao contrário, seguiremos com diferenciação salarial em relação aos demais trabalhadores das outras empresas do grupo.

É preciso destacar que, mesmo sendo a maior empresa do grupo e com o maior número de trabalhadores, a Chesf tem a menor folha, o que mostra a disparidade. Assim, a decisão da empresa se mostra extremamente perversa e injusta, sobretudo pelo fato de a CGPAR 23 ter seus efeitos suspensos com a aprovação do PDL 342/2021, não justificando, portanto, o impedimento da aplicação do reajuste salarial.

Resumindo: trata-se de mais uma medida com a única intensão de prejudicar os trabalhadores, tentando fazer a entrega da empresa para o capital privado com custo de pessoal ainda mais reduzido.

A FRUNE e os sindicatos seguirão na luta, buscando as alternativas para reverter a situação. Só com a nossa união será possível resistir e virar o jogo! Fé na luta sempre!

## BRASILEIROS FORAM LESADOS POR TRÊS ANOS COM COBRANÇA INDEVIDA NA CONTA DE LUZ

Uma auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU), feita em setembro deste ano concluiu que entre 2017 e 2020, os brasileiros desembolsaram um total de R\$ 5,2 bilhões de reais pagando contas de luz mais caras do que deveriam ser. O relatório da CGU, divulgado pelo Estadão, aponta erros cometidos pelos governos do ilegítimo Michel Temer (MDB-SP) e Jair Bolsonaro (ex-PSL) na projeção de geração de energia no país.

Essa projeção foi maior do que o que se poderia produzir. O restante, para atender à demanda do país, foi comprado pelo governo, incluindo energia de outras fontes, mais caras, como as termelétricas e isso gerou contas mais altas.

Para o bolso dos consumidores, de acordo com a auditoria, o planejamento 'equivocado' na produção de energia do governo causou um prejuízo de R\$ 2,2 bilhões entre 2017 e 2019. Outros R\$ 2,3 bilhões tiveram origem em uma programação de geração pela usina de Belo Monte que não aconteceu.

“Grande parte desses custos está sendo transferida para o mercado cativo (consumidor de energia vendida pelas distribuidoras), que estão suportando, sem a devida transparência, custos que deveriam ser compartilhados com todos os atores do setor elétrico”, diz a CGU.